

JOANA SIQUEIRA

LIMITES DA RESPONSABILIDADE PENAL
POR OMISSÃO IMPRÓPRIA
DE ACIONISTAS CONTROLADORES



Coleção Reflexões Jurídicas

Coordenadores

Luís Greco

Adriano Teixeira

***Limites da responsabilidade penal por omissão imprópria
de acionistas controladores***

Joana Siqueira

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

1224157

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Siqueira, Joana

Limites da responsabilidade penal por omissão imprópria de
acionistas controladores / Joana Siqueira. -- 1. ed. -- Rio de
Janeiro: Marcial Pons, 2021.

ISBN 978-65-996611-0-5

1. Direito 2. Responsabilidade penal 3. Processo penal (Direito)
- Brasil I. Título.

21 - 90423

CDU - 343.1 (81)

© Joana Siqueira

© MARCIAL PONS BRASIL LTDA.

www.marcialpons.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	17
I. Premissas	17
II. Casos hipotéticos que conduzirão o trabalho	21
a. Hipótese 1.....	21
b. Hipótese 2.....	23
c. Hipótese 3.....	25
III. Estrutura do trabalho	27
1. AS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS E SEUS IMPACTOS NA ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE PENAL	31
1.1. Estruturas societárias: a concentração de controle societário como uma realidade do Brasil	33
1.2. A administração da sociedade anônima.....	37
1.2.1. Companhias sob administração unitária.....	38
1.2.2. Companhias sob administração dual.....	39
1.2.3. Os reflexos dos poderes dos administradores sobre a configuração da posição de garantidor.....	41
1.3. Poderes e atribuições do acionista controlador.....	45

1.3.1. A maioria de votos nas reuniões assembleares..	47
1.3.2. Controle sobre a gestão da empresa	51
1.3.3. Síntese.....	58
1.4. Mecanismos de monitoramento do acionista controlador.....	59
1.5. Resultados parciais	62
2. UM PANORAMA DOS FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS DO CRITÉRIO MATERIAL DA POSIÇÃO DE GARANTIDOR DOS DIRIGENTES DE EMPRESAS: CONTROLE SOBRE A FONTE DE PERIGO “EMPRESA”	67
2.1. Objetivo do capítulo.....	67
2.2. Justificativa do marco teórico adotado.....	69
2.2.1. Insuficiência da teoria das fontes formais	69
2.2.2. Teorias que pressupõem a existência de um critério material de caráter penal para fundamentar a posição de garantidor	72
2.2.3. Razões para adoção do critério do controle sobre o fundamento do resultado	79
2.3. Compatibilidade com o artigo 13, §2º, do CPB...	79
2.4. A relação de controle ou domínio sob a perspectiva das estruturas empresariais.....	83
2.4.1. Empresa como fonte de perigo permitida.....	84
2.4.2. Poder diretivo sobre o subordinado.....	87
2.4.3. Ingerência	91
2.5. A posição de garantidor nas sociedades anônimas: diretores, membros do conselho de administração e acionistas.....	95
2.6. Deveres decorrentes da posição de garantidor em estruturas empresariais: o dever objetivo de cuidado e o dever de agir para impedir o resultado típico .	101

2.7. Síntese	104
3. VERIFICAÇÃO DA POSIÇÃO DE GARANTIDOR DOS ACIONISTAS CONTROLADORES.....	109
3.1. Estrutura do capítulo	109
3.2. Preliminarmente: três problemas e suas respectivas soluções	111
3.3. Fundamento material da posição de garantidor dos acionistas controladores por controle sobre a fonte de perigo	114
3.3.1. Controle sobre a gestão da empresa: a materia- lização da interferência do acionista controlador em atos organizacionais	114
3.3.2. Necessidade de verificação fática da interferência sobre os administradores da companhia.....	120
3.3.3. Tomada de posição	124
3.4. Demais poderes do acionista controlador: relevan- tes instrumentos à efetivação da sua interferência na gestão da sociedade.....	126
3.4.1. Nomeação da maioria dos administradores	126
3.4.2. Maioria dos membros do conselho de adminis- tração (administração dual).....	126
3.4.3. Maioria dos diretores (administração unitária)	127
3.4.4. A destituição dos administradores nomeados e a preponderância sobre a assembleia	128
3.5. Resultados parciais	128
4. ÂMBITO DE VIGILÂNCIA, POSSIBILIDADE JURÍDICA E CAPACIDADE FÍSICO-REAL DE AGIR PARA EVITAR O RESULTADO	131
4.1. Delimitações	132
4.2. Premissas adotadas	133

4.2.1. Âmbito de vigilância: condutas ilícitas que ensejam o dever de agir	133
4.2.2. Os sujeitos inseridos no âmbito de vigilância..	136
4.2.3. Possibilidade jurídica: o conteúdo concreto do dever de agir	136
4.3. Definição do âmbito de vigilância e do conteúdo concreto do dever de agir (possibilidade jurídica) do acionista controlador	141
4.3.1. Companhia sob administração dual	141
4.3.2. Companhia sob administração unitária	150
4.4. Controle societário por meio de pessoa jurídica: “sociedade controladora”	153
4.5. Controle societário por acordo de votos: bloco de controle	155
4.6. Resultados parciais	156
5. SOLUÇÃO DOS CASOS	161
5.1. Síntese da posição adotada	161
5.2. Esquema de verificação da posição de garantidor do acionista controlador	162
5.3. Proposta de solução dos casos.....	164
CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171